

3. Porque foi conquistada Ceuta?

A conquista da cidade de Ceuta, em 1415, assinala o início da expansão ultramarina portuguesa: é um dado consensual e que não oferece dúvidas a ninguém. Existe, contudo, uma série de factos, quer de pormenor quer de enquadramento, que envolvem a expedição militar (e o seu sucesso), que são geralmente omitidos ou minimizados e que permitem compreender melhor o real significado e o impacto

deste evento. De um modo geral, considera-se este feito de armas como um «arranque», um impulso e um primeiro passo para o expansionismo português e, mais concretamente, para a «aventura dos Descobrimentos», mas esta ideia esconde alguns equívocos e necessita de alguns esclarecimentos.

A primeira ideia a reter é a de que a expedição portuguesa a Ceuta não foi inédita. Na verdade, a iniciativa enquadrou-se na realidade medieval de confronto entre dois blocos, um cristão, a norte, e um muçulmano, a sul. Para o homem europeu da época, o Islão era o inimigo figadal por dois motivos: a sua religião era uma perversão abominável da «verdadeira fé» (e geralmente tratada como uma seita, uma corrupção do cristianismo e não como uma verdadeira religião) e, mais importante, os seus seguidores haviam invadido e ocupado, desde o século VII, todo o Médio Oriente e o Magreb, anteriormente cristãos.

Havia, portanto, um sentido de legitimidade nas ações que visassem recuperar para a cristandade as terras que haviam sido ilegalmente usurpadas, sobretudo Jerusalém e a Terra Santa. Foi este, grosseiramente, o objetivo das expedições conhecidas como Cruzadas, entre os séculos XI e XIII. Por extensão, entendia-se portanto que a guerra ao mundo islâmico, ainda que longe do horizonte da Palestina, era um contributo parcial para este objetivo comum, prestigiado e louvável, segundo os padrões mentais da época. O papado dava cobertura ideológica, concedendo remissão dos pecados e outras benesses espirituais a estas iniciativas, quer se tratasse de expedições militares, quer de guerra de corso no Mediterrâneo ou no estreito de Gibraltar. É neste contexto que devem ser entendidos os diversos assaltos a cidades do norte de África, como a mesma Ceuta, Salé e Larache, no século XIII, e Mahdia (na atual Tunísia), nos fins do século XIV. S. Luís, rei de França, chegou mesmo a preparar uma cruzada contra Tunes, em 1270.

Na Península Ibérica, o panorama era ainda mais claro: o avanço para sul dos reinos cristãos era considerado uma «Cruzada do Ocidente» e a ideia de que se tratava de uma simples retoma, de uma «Reconquista», subsistiu até aos nossos dias. Portugal cessara o seu avanço com a conquista do Algarve, nos fins do século XIII, mas permaneceu a noção de que esta «reconquista» deveria prosseguir além-mar. D. Afonso IV obteve uma bula de cruzada do papa para esse

efeito e a criação simbólica de um bispado de Marrocos, tutelado por Portugal e Castela, é um sinal claro de que a intenção de avançar no norte de África estava viva.

A turbulência política, as guerras com Castela, as pestes e o ambiente de crise do século XIV não permitiram a retomada destes velhos projetos. Porém, a chegada ao poder da nova dinastia de Avis – desejosa de obter prestígio junto do papa e da cristandade – e a formação de um novo quadro social – com setores da burguesia lisboeta à procura de oportunidades de negócio e uma nova nobreza irrequieta e sedenta de poder e honrarias – propiciavam uma iniciativa deste género. D. João I estava recetivo e tornou-se gradualmente um entusiasta da expedição militar. O alvo de Ceuta parece ter sido sugerido por João Afonso, um burguês de Lisboa. O projeto foi amadurecido durante vários anos, mas só se tornou viável após a assinatura das pazes com Castela, em 1411.

Outra ideia a considerar é a de que a expedição a Ceuta teve muito de improvisação e de decisão de momento. Nada permite vislumbrar, como por vezes é apresentado, que se tratou de um projeto previamente traçado, como parte de um plano de expansão concebido *a priori*. Por exemplo, sabe-se que o alvo inicial, o mais cobiçado e natural, era Granada e não Ceuta, mas que o facto de ser geralmente aceite que aquele reino estava reservado a Castela e o receio de hostilizar os vizinhos, arriscando reacender uma guerra que ninguém desejava, levou os líderes portugueses a desviar a sua atenção. Ceuta era uma cidade muçulmana, rica, e base dos corsários que fustigavam as costas algarvias; controlava o Estreito e era, por consequência, um ponto estratégico muito importante. Tratava-se, portanto, da escolha ideal. Ainda assim, quando a armada rumou para sul, o rei reuniu o conselho para uma decisão final, e houve quem achasse preferível a conquista da vila de Gibraltar em vez de Ceuta e também quem defendesse o regresso da armada a Portugal³. Do mesmo modo, após a vitória e o saque, os Portugueses hesitaram entre manter a cidade ou abandoná-la, porque já se vislumbravam as dificuldades e os custos do seu sustento⁴.

Por fim, há que dizer que a conquista de Ceuta pouco teve que ver com as viagens de descobrimento subsequentes; pelo contrário, enquadrou-se perfeitamente na tradição medieval da guerra entre o

mundo cristão e o muçulmano. Tratando-se de uma cidade que «fecha» o estreito de Gibraltar, o seu domínio articulava-se com preocupações geoestratégicas típicas do mundo mediterrânico e não do atlântico. A ideia de que os Portugueses ficaram deslumbrados com as riquezas alegadamente vindas do Oriente e que sonharam encontrar a fonte das mesmas, congeminando uma forma de lá chegar, não passa de um devaneio romântico.

Há, de facto, um denominador comum entre a conquista de Ceuta e as viagens de descobrimento: o infante D. Henrique. Foi, efetivamente, o homem que simultaneamente se assumia como um feroz partidário da cruzada marroquina e o promotor e financiador das viagens que, pouco depois, começaram a explorar o Atlântico. Mas tratava-se de dois planos distintos, um claramente principal e o outro, acessório e menor. A ideia de que Ceuta o inspirou para impulsionar as viagens deve ser entendida no seu contexto devido: o centro das suas atenções era, nesta fase, Marrocos e não as regiões desconhecidas que se estendiam para sul. Só gradualmente é que, com o fracasso das aventuras militares, as viagens de descobrimento ganharam relevo, autonomia e dinâmica próprias.

³ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Lisboa, Academia das Ciências, 1915, caps. 62 e 63, pp. 180-184, disponível *on-line* em <http://archive.org/details/crnicadetomada00zura>.

⁴ *Idem*, caps. 97 e 98, pp. 257-261.